

SISTEMA CAMPESINATO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESTUDO DOS PRODUTORES DE FUMO EM PRUDENTÓPOLIS-PR

Cecilia Hauresko¹ - UNICENTRO
chauresko@unicentro.br

A estrutura (ação) do sistema camponês, que desde a muito tempo se faz presente é ponto de discussão em diversas obras. Essas discussões mostram, que as modificações dessa forma sócio-geográfica e econômica (camponês), fica basicamente fundamentada no relacionamento com o sistema capitalista em geral.

Entretanto, entende-se que a produção camponês representa um espaço com as suas próprias regras, socialmente estruturado e repleto de especificidades. A agricultura familiar camponês é vista como a mais densa interligação entre o sistema social e cultural e a sua reprodução econômica. Isto necessita de uma abordagem ampla de análise que consiga incorporar todos estes elementos. Na teoria da estruturação, desenvolvida nos anos 80 sob liderança de A.GIDDENS, acha-se uma abordagem suficientemente diferenciada para pensar elementos sociais e econômicos num conjunto equilibrado.

Breve apresentação da Teoria da estruturação

Com o termo “estruturação” GIDDENS (1989) quis enfatizar o fluxo dinâmico da vida social, numa correlação entre indivíduo e sociedade. A teoria da estruturação vem mostrar que através de uma série de atividades e práticas que exercemos, reproduzimos as instituições sociais.

Os três campos da estruturação

A estrutura de uma sociedade, segundo GIDDENS(1989), compõe-se de complexos de regras e recursos que são subdivididos em três grupos de ativações. Eles aparecem em processos de significação, dominação e legitimação. Estes três complexos têm apenas um sentido abstrato e teórico, e são concretizados no sistema de vida das pessoas num contexto concreto de espaço e tempo (SAHR 1996, p.214).

1. A estrutura da significação é a totalidade semiótica de uma sociedade. Ela abrange todos os elementos do conhecimento sobre cultura, economia e sociedade, inclusive a língua. Esta estrutura se desenvolve em esquemas interpretativos através das interações da comunicação.
2. A estrutura da dominação consiste em recursos que são utilizados num sistema de poder. Ela apresenta-se em dois tipos diferentes. Os recursos autoritários determinam as relações sociais (por exemplo: relação entre o governo e povo, relação entre pai e mãe e filhos). Os recursos alocativos são os meios materiais, principalmente econômicos, como os lugares de trabalho, os meios de produção, a terra produtiva, etc. A utilização destes recursos acontece através das interações sociais relacionadas à execução do poder.
3. A estrutura da legitimação é um complexo que compõe-se de regras, leis e normas que são constantemente atualizadas na sociedade. Aí inclui-se o sistema de valores predominante, seja a legislação tradicional e oficial ou tradições diárias, utilizados em processos de avaliação e sanção.

¹ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – PR. E-mail: cehauresko@ig.com.br ou chauresko@unicentro.br

Estes três complexos se modificam a medida que cada pessoa resolve dinamizar e incorporá-los ao seu sistema social. Os princípios tradicionais são desta forma incorporados às novas dinâmicas de trabalho.

De acordo com a teoria da estruturação, o momento da produção das ações é também um momento de reprodução dos contextos da vida social, mesmo durante as mais violentas convulsões ou as mais radicais formas de mudança social. “A *estrutura* não tem existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana” (GIDDENS 1989, p.21). Os agentes humanos sempre sabem o que estão fazendo no nível “da consciência discursiva”. São capazes de dizer verbalmente dentro do sistema estrutural, quais as suas condições sociais incluindo as de sua própria ação. Entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as conseqüências ramificadas das atividades em que estão empenhados.

A vida “tradicional” é submetida a essa condição. Inovações no seu contexto, por exemplo numa pequena propriedade camponesas, não destroem necessariamente este sistema, mas reconfiguram-no através das ações dos agentes sociais envolvidos. Uma tradição, conseqüentemente, não morre, mas é contextualizada diferentemente.

Estes complexos são assim, agentes da manutenção e modificação do sistema da agricultura camponesa ao mesmo tempo.

A teoria da estruturação e o sistema produtivo camponês

No caso do camponês, as modificações do seu sistema produtivo passam pelos três componentes. Modificações na composição das plantas, como a plantação de um novo produto de mercado – modificam o relacionamento com a terra e dão um outro significado a ela. Eles também, integram o agricultor de uma forma diferente ao sistema econômico e obrigam-no seguir outras normas de comportamento, como é caso do agricultor-fumicultor, integrado a agroindústria do fumo.

A estrutura/ação no sistema de campesinato movimenta-se mediante esses três complexos, no entanto o presente trabalho contempla apenas um dos processos que é o sistema de dominação na vida do camponês.

Sistema de dominação

Segundo GIDDENS (1989, p.25), dominação tem de ser reconhecida como inerente na ação humana. A dominação depende da mobilização de dois tipos de recursos. Os *recursos alocativos* que constituem-se de recursos materiais, incluindo o ambiente natural e os artefatos físicos como:

- 1) *o meio natural do pequeno agricultor*, onde ele vive e se reproduz através do domínio sobre a natureza; Este aspecto envolve basicamente a caracterização do meio natural que é um dos fatores determinantes dos rendimentos alcançados nas diferentes produções;
- 2) *o relevo*, como importante elemento para justificar o sistema agrícola utilizado pelo pequeno agricultor, a capacidade de uso e a aptidão do relevo para a produção agrícola;
- 3) *o terreno*, como base material da produção na atividade agrícola que se exprime também em termos de superfície. Em quantidade é um recurso importante para o incremento da renda agrícola, porém, precisa estar associado com a qualidade do solo;
- 4) *qualidade do solo*, que age como mantenedora da possibilidade de aumento da produtividade e que ao contrário, vai reforçar as dificuldades de progredir do agricultor;

- 5) *as plantas*, o sistema agrícola conforme é praticado necessita da liberação da cobertura vegetal para a realização da cultura agrícola, porém, por outro lado, as plantas se apresentam como uma verdadeira criação do homem naquele espaço, tendo em vista a necessidade de suprir de alimento a família e os animais;
- 6) *os animais*, da mesma forma são destinados ao consumo ou como instrumento de trabalho na produção agrícola;
- 7) *a tecnologia*, modificou a paisagem rural, impôs limitação à certas possibilidades de circulação, trabalho e reprodução sócio-cultural do pequeno agricultor mas, forneceu as *ferramentas, máquinas, insumos* etc., que possibilitam ao homem a manutenção da unidade produtiva;
- 8) *o acesso ao mercado*, com raríssimas exceções toda a agricultura é, hoje em dia, agricultura de mercado. A condição do agricultor é a de dividir seus esforços entre a economia de subsistência e o mercado, porque têm a função de satisfazer a demanda de consumidores e a sua. Seu acesso ao mercado dá-se via:
 - a) comercialização, a ligação do agricultor ao comércio se faz por intermédio do mercado local, onde ele transfere os produtos agrícolas alimentícios (feijão, milho) e do mercado de exportação (fumo);
 - b) acesso ao crédito, o agricultor só consegue quando inserido na economia de mercado e torna-se usuário de produtos industrializados. O crédito pode aumentar a sua capacidade de produção, como também pode, endividar o agricultor.
- 9) *capital*, quando o agricultor possui capital para alavancar a sua unidade produtiva, adquirindo implementos agrícolas (arados, carroças, cavalos), construindo galpões para armazenar sua produção etc.;
- 10) *força de trabalho*, apresenta-se como um dos pilares da unidade produtiva familiar, dado que é fornecida pela própria família;
- 11) *Propriedade privada da terra*, o que garante ao agricultor uma relativa autonomia de produção agrícola e o identifica como agricultor; porém, a terra para ele é terra de trabalho.
- 12) *Moradia* (casa própria), fundamental para a manutenção do agricultor no campo. Um elemento responsável pela fixação do agricultor ou colono ao campo.

Ainda como segunda divisão dos recursos de dominação, estão os recursos autoritários. Segundo Giddens (1989), os recursos autoritários são recursos não-materiais que geram poder e são resultado do domínio de alguns atores sobre os outros. Os recursos autoritários desse agricultor são marcados pela:

- 1) *dependência do sistema econômico*, porque para reproduzir-se como tal o agricultor apela para créditos, empréstimos, compra de insumos, venda de produtos, integração por meio de contrato à indústria etc.;
- 2) *inserção no sistema político*, o pequeno agricultor não tem muita influência na formação das políticas, mas na rejeição delas.
- 3) *estrutura familiar*, é culturalmente definida, onde há divisão de papéis entre pai, mãe e filhos.
- 4) *estrutura de poder da igreja*, a maioria dos agricultores está submetida à igreja. O catolicismo é a religião predominante nas famílias destes agricultores. O padre, como intermediário na vida do agricultor, guia para a fé, leciona a doutrina religiosa, aconselha seus membros à obediência e a prática dos mandamentos da igreja, auxilia os membros em problemas pessoais e serve como órgão de controle social.

O camponês que tenta manter o sistema do campesinato com seus meios culturais, seus recursos *alocativos e autoritários*, as suas regras, normas e valores, o faz através do conjunto das ações dos atores numa integração social. A integração social serve para fortalecer os laços dentro da comunidade.

O sistema capitalista tem as suas próprias regras de integração sistêmica (economia monetária, individualização e comercialização da força do trabalho, monetarização dos insumos) que interfere diretamente na integração social das pessoas, quebrando a integração sistêmica do campesinato tradicional. Quando a integração social é muito forte, a comunidade consegue conciliar os dois

sistemas e cria, desta forma, uma inovadora integração sistêmica, uma agricultura campesina moderna.

As famílias de agricultores integradas à indústria do fumo

As famílias de lavradores ucráino-brasileiros são famílias que produzem para o capital agroindustrial. Sua “integração” a agroindústria é parcial, haja visto que produzem não apenas o fumo, mas também outras culturas que são indispensáveis para a reprodução da família. Todavia, o fumo ainda que produto agrícola tem para o agricultor (termo com o qual o pesquisado melhor se identifica) uma conotação diferente da produção de subsistência, sendo um trabalho para fora, de integração no sistema capitalista e dependente, sendo o outro um espaço da própria liberdade social.

O alvo deste estudo foram as famílias de fumicultores ucráino-brasileiros do município de Prudentópolis no Estado do Paraná. Tentou-se direcionar o trabalho seguindo a tríade: agricultura, configuração social e elemento cultural, os quais formam a base para uma análise qualitativa das propriedades familiares. A realidade das famílias, aqui, foi estudada sem ater-se, apenas, ao elemento econômico, pelo contrário mostra-se de que forma o econômico, social e o cultural interagem no processo de estruturação dessas famílias.

Distante de querer mostrar quantitativamente a realidade das famílias de lavradores ucráino-brasileiros, o trabalho teve como ponto fundamental a verificação das mudanças sociais, estruturais causadas pela integração à indústria fumageira, enfim, pelos elementos modernos introduzidos nas comunidades rurais. Diante de tal fato utilizou-se a sociológica teoria de estruturação de Anthony Giddens que propõe um entendimento consistente de uma propriedade familiar.

No caso do Brasil, o camponês imigrante vindo da Europa Central, geralmente denominado “colono”, redobrou seus esforços para permanecer como proprietário de terra por mais exíguas que elas fossem, para não cair na proletarização. É uma luta que ainda é bastante visível, porém o camponês não pode ser apenas visto sob o ângulo da produção agrícola. As famílias dos camponeses são realidades que se apresentam não apenas como produtoras de alimentos agrícolas, mas um sistema, uma teia onde encontram-se intrinsecamente conectados os padrões culturais e sociais, a medida que formam um tipo de sistema coletivo específico e complexo de produção, onde a mão-de-obra é da família e reproduz-se econômica, social e culturalmente pelos próprios membros e mantem-os como agentes na comunidade em que vivem. E é somente com a reprodução de práticas sociais relativas à este sistema, que o sistema de produção familiar se mantém.

A capacidade de adaptação ou de resistência dos pequenos estabelecimentos agrícolas é normalmente atribuída às qualidades intrínsecas deste tipo de organização e produção, tais como o uso da força de trabalho familiar e a prevalência do valor família na orientação da conduta dos membros do grupo doméstico.

Mas mesmo assim, constata-se que boa parte das pequenas e médias unidades produtivas não são mais capazes de garantir a reprodução social de todos os membros do grupo doméstico. A tendência ao trabalho externo, sobretudo dos jovens é uma das evidências do caráter pluriativo de um número considerável de famílias dos agricultores familiares. “Cada vez mais torna-se necessário buscar parte

dos meios de sobrevivência em outras fontes” (CARNEIRO 1998, p.65). A esta situação respondeu a produção integrada.

Essas tendências embasam a hipótese, sustentada por muitos autores da decomposição das relações familiares de produção, que sobreviveram anacronicamente no sistema capitalista industrial. Defende-se a existência de um processo paulatino a individualização da força de trabalho. Mas a migração da força excedente do campo para a cidade representa ainda uma alternativa forte de manter a propriedade familiar no campo, assim como a integração à indústria do fumo, que mantém parte da família no campo, mas transforma esse sistema integrado de produção familiar.

A inserção da atividade com o fumo, desestrutura não necessariamente a família na sua composição, pelo contrário, apoia-se em muitos casos nas forças adicionais, como crianças e velhos, todavia, perturba o sistema integrado de decisões familiares. Quem manda agora no contexto da família é a própria empresa fornecedora de insumos que igualmente garante o pagamento da colheita.

A integração à agroindústria é uma das novas formas de reprodução na agricultura familiar, que responde a essa situação como uma nova alternativa.

Embora a função de garantir a sobrevivência esteja bem presente no modelo camponês, é impossível reduzi-lo à isso. Há nele, profundamente ancorada uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar (LAMARCHE 1993, p. 311). E para que esse patrimônio amplie-se ele apela para diversas atividades, até mesmo não agrícolas.

Considerações finais

Segundo a teoria da estruturação de Anthony Giddens, as atividades cotidianas dos membros são estruturadas e monitoradas com a junção direta de elementos sociais e culturais com a reprodução econômica. No sistema de produção familiar há intenção de dar continuidade aos padrões que regem esse sistema, mesmo mediante a incorporação de inovações, nas atividades que foram feitas ainda pelos membros de gerações passadas (tataravôs, bisavôs etc.) ou em outros lugares por outras famílias da comunidade étnica.

Uma propriedade familiar é, assim, um sistema complexo inserido numa complexidade maior de uma rede de famílias. Até mesmo em uma propriedade aparentemente individualizada, os bens ainda pertencem à familiares que moram em comunidades rurais distantes. Muitas vezes, são propriedades de múltiplos proprietários, que ao mesmo tempo não se sabe qual a parte e a quem será destinada após a legalização, o inventário. Estas integrações de teias familiares são observadas em diferentes comunidades, como mostram Tedesco (1999, p.115), Godoi (1999), ou no contexto do Caribe Sahr (1987, p.40).

As unidades familiares necessitam serem vistas como um sistema específico e que constituem-se de relações de poder entre os membros da família dada a hierarquia que permanece, devido os valores culturais presentes, onde os mais novos devem obedecer os mais velhos. A produção agrícola visa em primeiro momento a alimentação da família e reprodução social e econômica da mesma. Na família o trabalho é coletivo e o lucro da produção é convertido em benefícios para a família como um todo.

Entretanto, é mais comum na atualidade o camponês “diferente”. Na realidade, as unidades camponesas familiares sempre cultivaram culturas para o autoabastecimento de suas famílias e comercializavam o excedente. Por conta disso, seguramente nos equivocaremos se tratarmos de conceber as economias camponesas como exclusivamente orientadas para a subsistência. Grandes exemplos, disso são as feiras antigas dos escravos em frente às igrejas ou as comercializações adicionais dos colonos nos centros urbanos do Paraná (MARTINS 1995).

Hoje, o conjunto de atividades se amplia até para o trabalho em outros setores, como mostra a pesquisa de Schneider (1999), apontando as relações de trabalhadores nas fábricas de calçados gaúchos, no contexto da pluriatividade.

É preciso ver a unidade familiar em movimento, que vai implementando suas atividades na tentativa de melhorar cada vez mais o padrão de vida da família ditado por uma força externa, que é o sistema econômico, que cria a cada dia novas “necessidades”. A partir dessas necessidades, a família se profissionaliza, criando mão-de-obra excedente. O avanço tecnológico e a formação de agricultores por agentes de Estado ou Empresas rompem parcialmente com a tradicional forma de cooperação no quadro familiar.

Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. Tradução Alvaro Cabral – São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção Ensino Superior).
- GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- LAMARCHE, Hugues. **A agricultura Familiar**. Trad. Tijima, A M. N. Campinas: UNICAMP, 1993
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos editores, 1995.
- SAHR, W. D. Formas de migração no Caribe Oriental Divisão Familiar do Trabalho e redes de comunicação. Uma interpretação pós-moderna. In: CESLA (org.): **Atas do terceiro Congresso Latinoamericano de la Universidad da Varsóvia**. Varsóvia: CESLA, p. 221 –223. 1996.
- SAHR, Wolf Dietrich. **Agroecosystems of Smallfarmers and their socio-economic Impact: a case study from Tête Chemin, St. Lucia, W. I.** Fort Lauderdale: Breitenbach, 1987.
- SANTOS, C. R. A dos. As regras do jogo Capitalista: O Processo de Colonização e a busca da Modernidade. In: **História da Alimentação no Paraná**. Fundação Cultural, 1995.
- TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: Racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.